

Ritmo Logística S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Ritmo Logística S.A.**
Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ritmo Logística S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ritmo Logística S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 17 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC PR-007945/F-7



Marcos De Antoni Tosin
Contador CRC PR-064845/O-1

Ritmo Logística S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	16.038	24.131	Fornecedores		35.288	27.512
Contas a receber de clientes	9	76.999	65.125	Empréstimos e financiamentos	15	29.696	31.066
Estoques		1.558	3.118	Salários e encargos sociais	16	6.810	5.442
Impostos a recuperar	10	10.531	12.646	Impostos a recolher	17	7.160	6.747
Despesas antecipadas		937	915	Imposto de renda e contribuição social	17	960	5.433
Adiantamentos a fornecedores		612	488	Passivo de arrendamento	14.b	1.905	3.182
		<u>106.675</u>	<u>106.423</u>	Outros passivos		-	9
						<u>81.819</u>	<u>79.391</u>
Não circulante				Não circulante			
Aplicações financeiras	8	10.917	11.157	Empréstimos e financiamentos	15	61.853	78.240
Depósitos judiciais	25	696	2.311	Impostos a recolher	17	192	308
Investimentos		45	45	Imposto de renda e contribuição social	17	1.615	2.575
Imobilizado	12	113.602	117.084	Impostos diferidos	18	9.734	8.269
Intangível	13	846	868	Passivo de arrendamento	14.b	5.365	2.883
Direito de uso	14.a	6.909	5.856			<u>78.759</u>	<u>92.275</u>
		<u>133.015</u>	<u>137.321</u>			<u>160.578</u>	<u>171.666</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital social	19.a	62.747	62.747
				Reserva legal	19.b	5.050	4.018
				Reserva de retenção de lucros	19.d	11.315	5.313
						<u>79.112</u>	<u>72.078</u>
Total do ativo		<u><u>239.690</u></u>	<u><u>243.744</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>239.690</u></u>	<u><u>243.744</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita líquida de vendas	20	385.751	316.071
Custo dos serviços prestados	21	<u>(325.666)</u>	<u>(275.762)</u>
Lucro bruto		60.085	40.309
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(23.060)	(17.745)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	9	(163)	(328)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	<u>1.960</u>	<u>7.035</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		38.822	29.271
Receitas financeiras	23	4.209	7.275
Despesas financeiras	23	<u>(27.079)</u>	<u>(15.593)</u>
Resultado financeiro líquido		(22.870)	(8.318)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.952</u>	<u>20.953</u>
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	18.b	6.150	(6.863)
Diferido	18.b	<u>(1.466)</u>	<u>(164)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>20.636</u></u>	<u><u>13.926</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	20.636	13.926
Outros resultados abrangentes	<u> </u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>20.636</u></u>	<u><u>13.926</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ritmo Logística S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

		Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Capital social	Legal	Retenção		
Em 31 de dezembro de 2020		<u>52.747</u>	<u>3.322</u>	<u>13.006</u>	<u>-</u>	<u>69.075</u>
Aumento de capital	19.a	10.000	-	-	-	10.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	13.926	13.926
Destinações do lucro:						
Constituição de reserva legal	19.b	-	696	-	(696)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.c	-	-	-	(3.307)	(3.307)
Dividendos adicionais	19.c	-	-	-	(6.689)	(6.689)
Pagamento de dividendos	19.c	-	-	(10.927)	-	(10.927)
Constituição de reserva de lucros		-	-	3.234	(3.234)	-
Em 31 de dezembro de 2021		<u>62.747</u>	<u>4.018</u>	<u>5.313</u>	<u>-</u>	<u>72.078</u>
Lucro líquido do exercício					20.636	20.636
Destinações do lucro:						
Constituição de reserva legal	19.b	-	1.032	-	(1.032)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19.c	-	-	-	(4.901)	(4.901)
Dividendos adicionais	19.c	-	-	-	(8.701)	(8.701)
Constituição de reserva de lucros		-	-	6.002	(6.002)	-
Em 31 de dezembro de 2022		<u>62.747</u>	<u>5.050</u>	<u>11.315</u>	<u>-</u>	<u>79.112</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rítmo Logística S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		15.952	20.953
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	12, 13 e 21	14.037	15.754
Depreciação do ativo de direito de uso	14 e 21	3.548	3.799
Resultado na venda de imobilizado	22	(472)	80
Juros sobre empréstimos	15	21.454	9.875
Despesas de juros de arrendamento	14.b	598	595
Provisão para perdas de créditos esperadas para contas a receber	9	163	328
Provisão para contingências	25	298	341
Juros SELIC sobre crédito presumido de ICMS	23	(1.456)	-
Reconhecimento de créditos extemporâneos PIS e COFINS	22	-	(5.352)
		<u>54.122</u>	<u>46.373</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber de clientes		(12.037)	(12.849)
Estoques		1.560	(2.032)
Impostos a recuperar		5.077	(9.285)
Outros ativos		1.171	1.259
Fornecedores		7.776	(1.420)
Outros passivos		<u>1.656</u>	<u>(2.581)</u>
Caixa proveniente das atividades operacionais		<u>59.325</u>	<u>19.465</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(789)</u>	<u>(1.687)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>58.536</u>	<u>17.778</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	(1.158)	(5.103)
Caixa na alienação de imobilizado	12	3.064	8.301
Aplicações financeiras	8	<u>240</u>	<u>(11.157)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimentos		<u>2.146</u>	<u>(7.959)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	15	2.294	13.827
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	15	(37.594)	(19.411)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	15	(15.878)	(8.951)
Amortização de arrendamento - principal	14.b	(3.995)	(4.248)
Aporte de capital	19.a	-	10.000
Dividendos pagos	19.c	<u>(13.602)</u>	<u>(9.700)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		<u>(68.775)</u>	<u>(18.483)</u>
Redução em caixa e equivalentes de caixa		<u>(8.093)</u>	<u>(8.664)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	<u>24.131</u>	<u>32.795</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	<u>16.038</u>	<u>24.131</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Ritmo Logística S.A. ("Companhia" ou "Ritmo") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na rua João Kalinowski, 170 Curitiba - PR. Tem como atividade preponderante a prestação de serviços de transporte rodoviário de cargas gerais e perigosas, em veículos próprios ou de terceiros.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 17 de março de 2023.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(a) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na nota explicativa 14 – prazo de arrendamento: se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação.

(b) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2022 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 9 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 12 – determinação das vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado;

Nota explicativa 18 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Notas explicativas 25 - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

6 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita de contrato com cliente

As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas aos contratos com clientes são fornecidas na nota explicativa 20.

c. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui benefícios a empregados de longo prazo.

d. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre contas a receber de clientes e variação cambial.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros sobre financiamentos, empréstimos e variação cambial.

e. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

A Companhia determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto são contabilizados de acordo com o CPC 25 - *Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes*.

(i) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que

sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado, para os dois períodos apresentados, são as seguintes (em anos):

Itens do imobilizado

Edificações	25
Cavalos mecânicos	7 a 8
Carretas e equipamentos	7 a 8
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Outros	5

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g. Intangível

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas são as seguintes (em anos):

Direitos de software

5

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

h. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Todos os ativos financeiros da Companhia atualmente estão mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado e são subsequentemente mensurados utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) **Desreconhecimento**

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente

diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) **Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

i. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) **Ativos financeiros não-derivativos**

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperada

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) **Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

j. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

k. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O

aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

I. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;

- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

m. Novas normas e interpretações não adotadas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o adiamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período

comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras normas

Também não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 17 contratos de seguros.
- Divulgação de políticas contábeis (alterações ao CPC 26).
- Definição de estimativas contábeis (alterações ao CPC 23).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2022	2021
Caixa e bancos	1.584	2.233
Aplicações financeiras (i)	14.454	21.898
	16.038	24.131

- (i) As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários (CDB's) remunerados a taxa média de 96% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2022 e 89% em 2021 e apresentam liquidez imediata.

8 Aplicações financeiras

O saldo de R\$ 10.917 (R\$ 11.157 em 2021) compreende, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificado de Operações Estruturadas (COE), realizadas junto à XP Investimentos, com prazo de vencimento em 5 de maio de 2026, com remuneração mínima de 30%.

O saldo desta aplicação esta sendo utilizado como garantia de *cash collateral* de operações de capital de giro com o mesmo vencimento junto à XP Investimentos.

9 Contas a receber de clientes

	2022	2021
No país	75.392	62.132
No exterior	5.157	6.380
Provisão para perdas de créditos esperadas	(3.550)	(3.387)
	76.999	65.125
Provisão para perdas de créditos esperadas		
Saldo inicial	(3.387)	(3.059)
Adições	(734)	(703)
Reversões	571	375
	(3.550)	(3.387)

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

O aumento no contas a receber é resultado do crescimento nas receitas ao longo do exercício, em especial para determinados clientes com prazo médio de recebimento entre 120 e 160 dias.

A necessidade de constituição para perdas de créditos esperadas é avaliada tomando como base os critérios descritos na nota 6 (i) e a a situação individual de cada título, quando aplicável.

A composição das contas a receber por idade de vencimento é como segue:

Exercícios	Saldo a vencer	Saldo vencido					Provisão para perdas	Total
		< 30 dias	31 - 60 dias	61 - 90 dias	91 - 180 dias	> 181 dias		
2022	74.259	1.142	657	573	368	3.550	(3.550)	76.999
2021	62.004	2.266	360	177	318	3.387	(3.387)	65.125

10 Impostos a recuperar

	Nota	2022	2021
IRPJ e CSLL a recuperar – extemporâneo	18	10.447	-
IRRF sobre aplicações financeiras		63	-
COFINS a recuperar - extemporâneo	22 e 23	-	10.392
PIS a recuperar - extemporâneo		-	2.248
Outros impostos a recuperar		21	6
		10.531	12.646

11 Partes relacionadas

a. Saldos e transações

Em 2022 a Companhia realizou adiantamentos de dividendos no montante de R\$ 13.602, os quais foram compensados com os dividendos destinados e aprovados no exercício conforme destacados na nota 19.

b. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela Diretoria. Os montantes referentes à remuneração do pessoal chave da Administração durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a título de benefícios de curto prazo foi de R\$ 4.028 (R\$ 3.320 em 2021).

A Companhia não concede à pessoal chave da administração benefícios com características de longo prazo.

12 Imobilizado

a. Composição

	2022			2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	% Taxas médias anuais de depreciação
Benfeitorias em bens de terceiros					
Edificações	2.624	(728)	1.896	1.670	4%
Imobilizado próprio em operação					
Cavalos mecânicos	82.822	(21.356)	61.466	59.772	8%
Carretas e equipamentos	82.054	(35.567)	46.487	52.113	8%
Móveis e utensílios	722	(403)	319	352	10%
Equipamentos de informática	1.682	(1.234)	448	470	20%
Outros	3.803	(817)	2.986	2.707	20%
	<u>173.707</u>	<u>(60.105)</u>	<u>113.602</u>	<u>117.084</u>	

O valor total de ativos financiados oferecidos em garantia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 52.859 (R\$ 67.178 em 31 de dezembro de 2021).

b. Movimentação

Classes do imobilizado	2021	Movimentação até 31 de dezembro de 2022			
	Líquido	Aquisições (*)	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	59.772	10.677	(2.574)	(6.409)	61.466
Carretas e equipamentos	52.113	1.290	-	(6.916)	46.487
Móveis e utensílios	352	34	-	(67)	319
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.670	321	-	(95)	1.896
Equipamentos de informática	470	115	-	(137)	448
Outros	2.707	673	(18)	(376)	2.986
	<u>117.084</u>	<u>13.110</u>	<u>(2.592)</u>	<u>(14.000)</u>	<u>113.602</u>
	<u>2020</u>	Movimentação até 31 de dezembro de 2021			
Classes do imobilizado	Líquido	Aquisições (*)	Baixas	Depreciação do exercício	Líquido
Cavalos mecânicos	47.599	29.203	(8.373)	(8.657)	59.772
Carretas e equipamentos	43.819	14.755	-	(6.461)	52.113
Móveis e utensílios	384	34	-	(66)	352
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.683	78	-	(91)	1.670
Equipamentos de informática	209	360	(8)	(91)	470
Outros	1.943	1.104	-	(340)	2.707
	<u>95.637</u>	<u>45.534</u>	<u>(8.381)</u>	<u>(15.706)</u>	<u>117.084</u>

(*) A Companhia efetuou aquisição de imobilizado com financiamento à prazo no montante de R\$ 11.967 (R\$ 40.477 em 2021). Estas aquisições não afetaram o caixa da Companhia e, conseqüentemente, não estão apresentadas na demonstração do fluxo de caixa. Para maior detalhe veja nota explicativa 26.

c. Revisão e ajuste da vida útil estimada e recuperabilidade dos ativos

A Companhia, ao final de cada exercício social, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado, que em 31 de dezembro de 2022 são:

Itens do imobilizado	% residual
Cavalos mecânicos	36%
Carretas e equipamentos	10%

Anualmente a Companhia revisa o valor estimado de recuperação de seu ativo imobilizado. A Administração não identificou indicativos da necessidade de registro de provisão para ajuste do valor de realização (“*impairment*”).

13 Intangível

a. Composição

	2022		2021		% Taxas médias anuais de amortização
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	
Intangível					
Direitos de software	2.067	(2.004)	63	85	20%
Marcas e patentes	783	-	783	783	-
	2.850	(2.004)	846	868	

b. Movimentação

	2021	Movimentação até 31 de dezembro de 2022			2022
	Líquido	Aquisições	Baixas	Amortização do exercício	Líquido
Classes do intangível					
Direitos de software	85	15	-	(37)	63
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	868	15	-	(37)	846
	2020	Movimentação até 31 de dezembro de 2021			2021
Classes do intangível					
Direitos de software	87	46	-	(48)	85
Marcas e patentes	783	-	-	-	783
	870	46	-	(48)	868

14 Arrendamentos

a. Direito de uso

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades e equipamentos arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento e a sua movimentação no exercício são apresentados abaixo:

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2022	1.569	4.159	128	5.856
Depreciação	(1.912)	(1.489)	(147)	(3.548)
Remensuração	3.634	846	44	4.524
Novos contratos	77			77
Transferência	(271)	296	(25)	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>3.098</u>	<u>3.812</u>	<u>-</u>	<u>6.909</u>
	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2021	3.230	5.699	25	8.954
Depreciação	(2.349)	(1.347)	(103)	(3.799)
Remensuração	677	(226)	-	451
Novos contratos	11	33	206	250
Em 31 de dezembro de 2021	<u>1.569</u>	<u>4.159</u>	<u>128</u>	<u>5.856</u>

b. Passivo de arrendamentos

As taxas médias de descontos usadas foram de 7,96% (7,43% em 2021) por ano para edificações e 8,45% (8,45% em 2021) por ano para veículos.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia.

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2022	1.848	4.114	103	6.065
Pagamento do arrendamento	(2.045)	(1.797)	(153)	(3.995)
Juros apurados	168	425	5	598
Remensuração	3.634	846	45	4.525
Novos contratos	77	-	-	77
Transferência	(535)	535	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	<u>3.147</u>	<u>4.123</u>	<u>-</u>	<u>7.270</u>
Circulante	556	1.349	-	1.905
Não circulante	2.591	2.774	-	5.365

	Edificações	Veículos operacionais	Veículos não operacionais	Total
Em 1 de janeiro de 2021	3.278	5.712	26	9.016
Pagamento do arrendamento	(2.227)	(1.887)	(133)	(4.248)
Juros apurados	109	482	4	595
Remensuração	677	(226)	-	451
Novos contratos	11	33	206	250
	<u>1.848</u>	<u>4.114</u>	<u>103</u>	<u>6.065</u>
Em 31 de dezembro de 2021				
Circulante	1.848	1.231	103	3.182
Não circulante	-	2.883	-	2.883

15 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Encargos anuais médios		Passivo circulante		Passivo não circulante		Total	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Em moeda nacional								
Finame	12,93%	15,48%	14.669	15.984	29.405	36.432	44.074	52.416
Capital de giro	11,25%	9,76%	10.149	7.943	28.541	34.185	38.690	42.128
Leasing	11,88%	12,39%	2.480	2.147	2.302	4.586	4.782	6.733
Consórcio	5,39%	2,68%	695	743	1.605	1.334	2.300	2.077
Outros (i)			1.703	4.249	-	1.703	1.703	5.952
			<u>29.696</u>	<u>31.066</u>	<u>61.853</u>	<u>78.240</u>	<u>91.549</u>	<u>109.306</u>

(i) Refere-se à aquisição via financiamento de 78 ativos imobilizados (38 cavalos mecânicos e 40 tanques).

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está composta por:

	2022	2021
Saldo inicial	109.306	73.489
Novas captações (*)	14.261	54.304
Pagamento de principal	(37.594)	(19.411)
Juros pagos sobre empréstimos	(15.878)	(8.951)
Juros provisionados sobre empréstimos	21.454	9.875
Saldo final	<u>91.549</u>	<u>109.306</u>

(*) A Companhia efetuou aquisição de imobilizado com financiamento à prazo no montante de R\$ 11.967 (R\$ 40.477 em 2021). Estas aquisições não afetaram o caixa da Companhia e, conseqüentemente, não estão apresentadas na demonstração do fluxo de caixa, maior detalhe veja nota explicativa 25.

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos a longo prazo

	2022	2021
2023	-	28.204
2024	27.485	23.233
2025	17.034	13.502
2026	16.966	13.164
2027	318	137
2028	50	-
	<u>61.853</u>	<u>78.240</u>

Os saldos mantidos como empréstimos e financiamentos, em moeda nacional, são referentes, substancialmente, a captação de FINAME para aquisição de implementos rodoviários.

Os financiamentos estão garantidos pelos próprios bens financiados.

16 Salários e encargos sociais

Os saldos mantidos como salários e encargos sociais são referentes a provisões trabalhistas e encargos previdenciários.

	2022	2021
Salários e férias a pagar	3.210	2.778
PPR - Participação nos lucros	1.947	890
INSS	961	1.137
FGTS	572	515
Outros	120	122
	<u>6.810</u>	<u>5.442</u>

17 Imposto de renda, contribuição social e outros impostos a recolher

	2022	2021
ICMS	5.213	5.519
Imposto de renda	1.877	5.811
Contribuição social	698	2.197
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta	308	423
IPTU	596	476
COFINS	597	464
IRRF	434	3
PIS	126	91
Impostos retidos	78	79
	<u>9.927</u>	<u>15.063</u>
Circulante	8.120	12.180
Não circulante	1.807	2.883
	<u>9.927</u>	<u>13.823</u>

18 Imposto de renda e contribuição social

a. Diferidos

Os ativos e os passivos tributários diferidos representam prejuízos fiscais e diferenças temporárias de imposto de renda e de contribuição social compensáveis ou tributáveis no futuro. Eles são calculados e classificados com base em projeções de realização e rentabilidade futura da Companhia. A origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos é apresentada a seguir:

	2022	2021
Ativo		
Diferenças temporárias		
Provisão PPR	683	324
Provisão contingências	2.061	1.959
Arrendamento – CPC 06	2.734	1.534
Prejuízo fiscal	734	-
Provisão fornecedores	416	1.284
	6.628	5.101
Passivo		
Diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil imobilizado (depreciação) - CPC 27	(16.362)	(13.370)
Passivo diferido líquido	(9.734)	(8.269)

b. Conciliação da alíquota efetiva

Os valores são calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício findo em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2022	2021
Lucro antes dos tributos	15.952	20.953
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(5.424)	(7.124)
IRPJ e CSLL sobre crédito presumido de ICMS (i)	8.991	-
Adições ou exclusões permanentes líquidas	1.117	(97)
Impostos correntes	6.150	(6.863)
Impostos diferidos	(1.466)	(164)
IRPJ e CSLL no resultado	4.684	(7.027)
Alíquota efetiva	-29,3%	33,5%

- (i) Em 03 de agosto de 2022, a Companhia obteve decisão favorável à ação judicial que discutia a incidência do IRPJ e da CSLL sobre o crédito presumido de ICMS, garantindo o direito de restituir o imposto de renda e contribuição social pagos a maior do período compreendido entre março de 2017 e setembro de 2022. O crédito total perfaz o montante de R\$ 10.477, sendo R\$ 8.991 de principal, registrado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social corrente” e R\$ 1.456 de atualização SELIC, registrado na rubrica “receita financeira”

19 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é representado por 62.746.819 (62.746.819 em 2021) ações que representam o valor de total de R\$ 62.747 (R\$ 62.747 em 2021).

b. Reserva legal

Constituída à razão de 5% quando da apuração de lucro líquido no exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O Estatuto Social em vigor determina a distribuição aos acionistas de um dividendo mínimo obrigatório de 25% quando apurado lucro líquido no exercício, conforme o parágrafo segundo, artigo 26º, do Estatuto Social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei no 6.404/76.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	20.636	13.926
Reserva legal - 5%	(1.032)	(696)
Base de cálculo dos dividendos	19.604	13.230
Dividendos mínimos obrigatórios – 25% - pagos no ano	4.901	3.307
Dividendos adicionais	8.701	6.689
Dividendos totais	13.602	9.996

O total de dividendos distribuídos no ano de 2022 foi de R\$ 13.602 (R\$ 9.996 em 2021) conforme aprovado em AGE realizada em 30 de dezembro de 2022. Os mesmos foram baixados através de compensação com saldo de adiantamentos conforme nota explicativa 10.

d. Reserva de retenção de lucros

O saldo da rubrica de lucros acumulados em 31 de dezembro de 2022 será destinado ao encerramento do exercício social, à reserva de retenção de lucros para a aplicação em investimentos para o reforço do capital de giro.

20 Receita líquida de vendas

A Companhia gera receita pela prestação de transporte nacional, internacional, locação e outros.

	2022	2021
Serviços prestados		
Receita de transporte nacional	403.638	327.686
Receita de transporte internacional	49.133	44.174
Receita de outros serviços	2.614	329
Receita de locação	352	1.133
	455.737	373.322
Deduções		
Impostos sobre as receitas de serviços prestados	(69.466)	(56.963)
Devoluções e abatimentos	(520)	(288)
	(69.986)	(57.251)
	385.751	316.071

Mensuração e reconhecimento da receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes.

Tipo de serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Receita de transportes nacionais e internacionais	A obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo, ou seja, durante a prestação do serviço de transporte. Os pagamentos dependem de negociação específica com cada cliente, entretanto, são realizados, normalmente, 45 dias após a conclusão da entrega.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O estágio de conclusão para determinar o valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em medições do trabalho realizado.

21 Custo dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas

	2022	2021
Contrato de transporte	140.256	114.220
Consumo de combustíveis	62.234	48.476
Salários e adicionais	59.945	50.071
Manutenção e conservação	17.981	16.313
Depreciações e amortizações	14.037	15.754
Pedágios	10.092	10.916
Consumo de pneus	8.280	7.724
Serviços de terceiros	8.111	7.770
Serviços de rastreamento	6.221	4.050
Encargos sociais	5.577	4.768
Seguros	4.055	3.315
Despesas de viagens	3.769	3.033
Depreciação – direito de uso	3.548	3.799
Aluguéis	615	284
Outros	4.005	3.014
	<u>348.726</u>	<u>293.507</u>

Reconciliação dos custos e despesas operacionais por função:

	2022	2021
Custo dos serviços prestados	325.666	275.762
Despesas gerais e administrativas	23.060	17.745
	<u>348.726</u>	<u>293.507</u>

22 Outras receitas operacionais, líquidas

	2022	2021
Créditos extemporâneos – PIS e Cofins (i)	-	5.352
Receita de vendas de pneus	1.745	2.068
Resultado na venda de imobilizado	472	(80)
Outras	(257)	(305)
	1.960	7.035
	1.960	7.035

(i) Em 2021, refere-se a crédito extemporâneo de PIS e Cofins sobre exclusão do ICMS da base de cálculo de Pis e Cofins a qual sua sentença foi favorável a Companhia, garantindo o direito, na qual a Receita Federal habilitou o crédito em 6 de dezembro de 2021.

23 Resultado financeiro líquido

	2022	2021
Juros passivos	(21.454)	(12.256)
Variação cambial	(2.528)	(786)
Despesa bancária	(1.909)	(1.250)
Juros de arrendamentos	(598)	(595)
PIS e COFINS sobre receita financeira	(234)	(338)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(303)	(303)
Descontos concedidos	(53)	(65)
	(27.079)	(15.593)
Receitas sobre aplicações financeiras	1.445	1.625
Juros SELIC sobre crédito extemporâneo – nota 22	-	4.411
Juros SELIC sobre crédito presumido de ICMS – nota 18.b	1.456	
Outros	1.308	1.239
	4.209	7.275
	(22.870)	(8.318)

24 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros pois o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2022		
	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	16.038	-	16.038
Contas a receber de clientes	76.999	-	76.999
Aplicação financeira	10.917	-	10.917
Passivos			
Fornecedores	-	35.288	34.288
Empréstimos e financiamentos	-	91.549	91.549
Passivo de arrendamento	-	7.270	7.270
	2021		
	Ativos financeiros a custo amortizado	Passivos financeiros a custo amortizado	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	24.131	-	24.131
Contas a receber de clientes	65.125	-	65.125
Aplicação financeira	11.157	-	11.157
Passivos			
Fornecedores	-	27.512	27.512
Empréstimos e financiamentos	-	109.306	109.306
Passivo de arrendamento	-	6.065	6.065

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

(i) Estrutura de gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre contas a receber de clientes reconhecidas no resultado está divulgadas na nota 9.

Caixa e equivalentes de caixa – A Companhia detem ‘Caixa e equivalentes de caixa’ de R\$ 16.038 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 24.131 em 2021). O ‘Caixa e equivalentes de caixa’ são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AAA baseado na agência Fitch Ratings.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

O vencimento contratual de empréstimos e financiamentos estão divulgados na nota 14.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

(v) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as vendas e recebíveis são denominados, e a respectiva moeda funcional da Companhia. O contas a receber no mercado externo está denominado em pesos argentinos. Para fins de análise de sensibilidade, foi adotado como cenário I, a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras, para o cenário II, esta taxa foi reduzida em 10%, e para o cenário III, foi aumentada em 10%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra o efeito da variação cambial no resultado futuro:

Posição	2022	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior	4.910	4.419	5.401
Posição líquida	4.910	4.419	5.401
Posição	2021	(10%)	10%
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Clientes no exterior	6.380	5.742	7.018
Posição líquida	6.380	5.742	7.018

(vi) Risco de taxa de juros

A Companhia adota como política manter sua exposição a juros pre-fixados.

25 Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como prováveis, possíveis e remoto, com base na avaliação de seus consultores jurídicos. O valor total das ações classificadas como prováveis em 31 de dezembro de 2021 para as quais há provisão constituída é de R\$ 6.061 (R\$ 5.763 em 31 de dezembro de 2021).

	2022			2021
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Trabalhistas	5.935	(6.392)	(457)	(2.017)
Cíveis	26	(365)	(339)	(294)
Tributários	100	-	100	-
	6.061	(6.757)	(696)	(2.311)
	2021	Adições a provisão	Utilização	2022
Trabalhistas	5.737	198	-	5.935
Cíveis	26	-	-	26
Tributários	-	100	-	100
	5.763	298	-	6.061
	2020	Adições a provisão	Utilização	2021
Trabalhistas	5.396	494	(153)	5.737
Cíveis	26	-	-	26
	5.422	494	(153)	5.763

O valor total das ações classificadas como possíveis em 31 de dezembro de 2022 para as quais não há provisão constituída é de R\$ 36.380 (R\$ 42.719 em 31 de dezembro de 2021).

26 Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício, a Companhia efetuou aquisição de imobilizado e intangível à prazo, no montante de R\$ 11.967 (R\$ 40.477 em 2021) que não envolveram caixa e, portanto não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa.

A Companhia firmou novos contratos de arrendamento no montante de R\$ 77 (R\$ 250 em 2021). Adicionalmente, a Companhia remensurou certos contratos de arrendamentos no montante de R\$ 4.524 (R\$ 451 em 2021).

27 Cobertura de seguros

De acordo com a política corporativa de gestão de seguros da Companhia, são contratados diferentes tipos de apólices de seguros, tais como seguros de riscos operacionais e responsabilidade civil, proporcionando proteção para danos a terceiros.

A Companhia mantém seguro de responsabilidade civil para suas operações com coberturas e condições, consideradas pela administração, adequadas aos riscos inerentes.

Ramo	Cobertura por eventos	Importância segurada	Vigência
Segmento Automóvel - Frota	Colisão, Incêndio e Roubo	1.000	07/2022 a 07/2023
Segmento Automóvel	Assistência 24	300km	11/2022 a 11/2023
Segmento Automóvel - Internacional	Colisão, Incêndio e Roubo	USD 500	03/2022 a 03/2023
Segmento Automóvel - Agregado	Colisão, Incêndio e Roubo	750	05/2022 a 05/2023
Riscos administrativos	Predial	2.000	11/2022 a 11/2023
Responsabilidade civil	-	1.000	03/2022 a 03/2023
Riscos ambientais	Ambientais	300	03/2022 a 03/2023

* * *